



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

Lucimara Aparecida Gonzaga Luz

**PERCEPÇÃO DOS EFEITOS GERADOS PELA CERTIFICAÇÃO  
*FAIRTRADE* PARA A MANUTENÇÃO DO JOVEM NO CAMPO.**

VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2022

Lucimara Aparecida Gonzaga Luz

**PERCEPÇÃO DOS EFEITOS GERADOS PELA CERTIFICAÇÃO  
*FAIRTRADE* PARA A MANUTENÇÃO DO JOVEM NO CAMPO.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Viçosa, como parte das exigências para  
obtenção do título de Bacharel em  
Cooperativismo.

Orientador: Prof. Layon Carlos Cezar

Lucimara Aparecida Gonzaga Luz

**PERCEPÇÃO DOS EFEITOS GERADOS PELA CERTIFICAÇÃO *FAIRTRADE*  
PARA A MANUTENÇÃO DO JOVEM NO CAMPO.**

Trabalho final apresentado ao curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo.

Orientador: Prof. Layon Carlos Cezar

Aprovado: \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Dr. Layon Carlos Cesar  
(Orientador / DAD-UFV)

---

Dr. Alan Ferreira de Freitas  
(DAD-UFV)

---

Almiro Alves Júnior  
(Doutorando PPGER/DER-UFV)

## **PERCEPÇÃO DOS EFEITOS GERADOS PELA CERTIFICAÇÃO *FAIRTRADE* PARA A MANUTENÇÃO DO JOVEM NO CAMPO.**

### **RESUMO:**

O crescente êxodo de jovens do meio rural traz grandes preocupações quanto aos rumos da agricultura familiar e da atividade agrícola no país. Diversos fatores são apontados como causa desse fenômeno: sucessão familiar, questões de gênero, acesso à educação, infraestrutura, dentre outros. Vários trabalhos têm buscado compreender e mitigar esse problema. Assim, o objetivo desse estudo é analisar a percepção dos jovens sobre os efeitos gerados pela certificação *Fairtrade* para a permanência deles no campo. Os principais resultados apontam que a certificação tem colaborado para o reconhecimento e valorização do trabalho no campo, agregando valor ao produto, fazendo com que seja comercializado a um preço justo, auxiliando na geração de renda e autonomia financeira do jovem. Além disso, contribui também para a valorização dos jovens e para a discussão de gênero, fazendo com que esses jovens e mulheres possam ter cada vez mais espaço no meio rural, participando das decisões referentes a propriedade familiar. Desse modo conclui-se que a certificação vem propiciando oportunidades aos jovens e ampliado a visão deles sobre o campo e isso tem contribuído para que eles permaneçam no campo, trabalhando na propriedade familiar.

**Palavras-chave:** Fairtrade, certificação, juventude rural.

## **PERCEPTION OF THE EFFECTS GENERATED BY THE FAIRTRADE CERTIFICATION FOR THE MAINTENANCE OF YOUTH IN THE FIELD.**

### **ABSTRACT:**

The growing exodus of young people from rural areas raises great concerns about the direction of family farming and agricultural activity in the country. Several factors are pointed out as the cause of this phenomenon: family succession, gender issues, access to education, infrastructure, among others. Several studies have sought to understand and mitigate this problem. Thus, the objective of this study is to analyze the perception of young people about the effects generated by the Fairtrade certification for their permanence in the field. The main results indicate that certification has contributed to the recognition and appreciation of work in the field, adding value to the product, making it marketed at a fair price, helping to generate income and financial autonomy for young people. In addition, it also contributes to the appreciation of young people and to the discussion of gender, allowing these young people and women to have more and more space in rural areas, participating in decisions regarding family property. Thus, it is concluded that certification has been providing opportunities for young people and expanding their view of the countryside and this has contributed to their remaining in the countryside, working on the family property.

**Keywords:** Fairtrade, certification, rural youth.

## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	7
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	8
<b>3.1. Certificação <i>Fairtrade</i></b> .....	8
<b>3.2. Juventude Rural</b> .....	12
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	15
<b>4.1. Perfil dos respondentes</b> .....	15
<b>4.2. Certificação e permanência no campo.</b> .....	18
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	23
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25
<b>APÊNDICE (1)</b> .....	29
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O intenso processo de industrialização do Brasil, a partir da década de 50, causou diversas transformações rurais, principalmente produtivas, e uma valorização dos espaços urbanos levando a uma urbanização do campo. Devido a isso o processo de êxodo rural aumentou acentuadamente principalmente nas décadas de 60 a 90. Atualmente, a principal característica da corrente migratória do Brasil é o maior fluxo de jovens, o que tem dado origem a diversos estudos que visam compreender os motivos desse fenômeno como apontado por Zago (2016) e Bezerra (2021).

As principais causas desse processo estão relacionadas a falta de oportunidades educacionais, econômicas e de lazer; por não se sentirem incluídos nas decisões familiares tanto financeira quanto produtivas e comerciais; e também pela desvalorização do trabalho agrícola e da cultura do povo do campo (DOTTO, 2011; VANTROBA, 2009; BREITENCH e CORAZZA 2017). Zóti (2011) destaca que é fundamental compreender esse fenômeno devido à importância da agricultura familiar no desenvolvimento agrícola do país.

Segundo o Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, a agricultura familiar é responsável por 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, colaborando para a geração de emprego e sendo uma importante fonte de renda familiar. Muitas famílias vivem exclusivamente da renda que conseguem por meio da agricultura familiar, desse modo é necessário que se busque meios que valorizem a produção, que agreguem valor e desse modo gerem uma renda maior ao produtor. Segundo Prado (2011) um desses meios é a certificação do produto, pois por meio da certificação as propriedades podem informar ao consumidor sobre a origem, procedência do produto e a partir dessas informações o consumidor estaria disposto a pagar mais por ele. Essa certificação pode ser obtida por meio do comércio justo ou sistema *Fairtrade*.

O movimento de comércio justo busca estimular uma cultura de consumo responsável onde se entenda a importância de comprar diretamente de pequenos produtores de modo a apoiar o desenvolvimento econômico, social e local das comunidades (BRASIL, 2022).

Deste modo o sistema formado pelo *Fairtrade* busca criar oportunidades para os produtores afetados pela lógica mercadológica e simultaneamente estimulam a

solidariedade entre os membros através da autogestão. Além disso através de seus princípios norteadores proporciona melhoria das condições básicas dos produtores uma vez que influenciam o preço de venda, com preços justos, garantem a não exploração do produtor e a parceria produtor-consumidor, podendo assim contribuindo assim para o desenvolvimento de capacidades, o empoderamento e igualdade de gênero, dentre outros fatores.

Sendo assim o que se pode perceber é que o *Fairtrade* pode ser visto como um impulsionador importante para a manutenção dos jovens no campo, uma vez que ajuda a sanar as principais causas da migração destes. Dentro desse cenário essa pesquisa busca responder a seguinte questão: como a certificação *Fairtrade* colabora para a manutenção do jovem no campo?

A fim de responder essa questão a pesquisa tem por objetivo geral analisar de forma quantitativa e qualitativa a percepção dos jovens sobre os efeitos gerados pela certificação *Fairtrade* para a manutenção deles no campo. Visando atender o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) compreender as dificuldades que os jovens enfrentam para permanecer no campo; b) identificar a importância da certificação *Fairtrade* para os jovens no campo; c) identificar os impactos da certificação *Fairtrade* para os jovens no campo.

Assim, esse trabalho se torna relevante por se tratar de um tema ainda pouco discutido. Apesar de se ter uma agenda consolidada com diversos trabalhos que discutam sobre juventude rural e os fatores que levam os jovens a ficar ou sair do campo, são escassos os materiais que relacionem a permanência do jovem no campo ao movimento do comércio justo. O estudo desse tema vai proporcionar discussões acerca da efetividade e importância da certificação *Fairtrade* para esses jovens, além de gerar material para futuras pesquisa acadêmica.

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa trata de um estudo que buscou analisar a percepção dos efeitos gerados pela certificação *Fairtrade* para a manutenção do jovem no campo. Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa segue uma abordagem quali-quantitativa e caracteriza-se por ter a natureza descritiva e exploratória, desenvolvida a partir de *survey* e entrevistas estruturadas.

Para se obter dados primários foi estruturado um *survey* um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE I). O *survey* contou com questões iniciais para identificação dos respondentes e 20 questões com opções de respostas em escala de likert. O roteiro estruturado de entrevistas contou com 9 perguntas abertas para a obtenção de dados qualitativos específicas sobre a influência da certificação *Fairtrade* no cotidiano dos entrevistados. A aplicação do questionário ocorreu entre 31 de maio de 2022 a 15 de julho de 2022. Devido à dificuldade de acesso aos entrevistados, o procedimento ocorreu de forma online. Ao todo 24 pessoas responderão ao *survey*, sendo validados 15, pois 9 dos entrevistados não estavam na faixa etária da pesquisa<sup>1</sup>. As entrevistas por sua vez, foram realizadas com 8 jovens que responderam o *survey*, um de cada organização. Os jovens são de 8 organizações diferentes: COPERFAM, CAFESUL, COOPERSANTA, COOPFAM, APPCER, COOPERVITAE, COOPERNOVARUM e COORPOL. Participaram 5 homes e 3 mulheres, abrangendo uma faixa etária de 20 a 29 anos. Para a definição dessa faixa etária foi utilizada a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que considera jovens pessoas entre 15 e 29 anos.

O contato com esses jovens se deu a partir de um evento realizado na UFLA em Lavras, para jovens ligados a organizações que possuem a certificação, onde o Professor Layon estava presente para ministrar o curso. Nesse evento o *survey* foi apresentado aos jovens, alguns responderam durante o evento outros responderam em outro momento, posteriormente foi criado um grupo de *WhatsApp* para que se desse continuidade ao trabalho com a aplicação do questionário.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva e os dados qualitativos foram interpretados a partir da compreensão do conteúdo das falas.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. Certificação *Fairtrade***

*Fair trade* ou comercio justo é um movimento social iniciado no fim da década de 60 que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável e minimizar as desigualdades no comercio através de um modelo de negócio alternativo, mais igualitário e menos exploratório, que ajuda a diminuir a pobreza e cria uma relação de

---

<sup>1</sup> Esses entrevistados tinham de 31 a 48 anos e apesar de estarem fora da faixa etária a percepção deles foi em consonância com os demais entrevistados.

parceria entre consumidores e produtores. Para isso, esse movimento dispunha do apoio de lojas que praticavam o comércio justo, mas, com o passar do tempo ganhou força, passando a ter mais adeptos e se espalhando pelo mundo. (ROCHA e MENDES, 2011)

A Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) define comércio justo como:

O comércio justo é uma parceria comercial, baseada no diálogo, na transparência e no respeito, que visa maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável ao oferecer melhores condições de comercialização a produtores e trabalhadores marginalizados - especialmente no Sul - e ao garantir seus direitos. (EFTA, 2021)

Sendo assim o *Fair Trade* pode ser entendido como uma rede que estimula a união entre produtores e consumidores em uma relação voltada para o desenvolvimento solidário e sustentável, ajudando principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagens econômico, culturais, ambientais, sociais e políticas (SAMPAIO; ALVES, 2013)

O *Fair Trade* é uma das maiores e mais diversa corrente de mudança, fornecendo aos produtores uma rede de segurança, definindo preços mínimos, pois acredita que a melhor maneira de extinguir a pobreza é pagar um preço justo aos produtores, um salário justo aos trabalhadores e certeza aos consumidores de que estão fazendo uma compra sustentável (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2022).

Ainda de acordo com a *Fairtrade* Internacional (2022) ao seguirem o modelo de comércio justo, produtores ou empresas recebem a certificação *Fairtrade*. Essa certificação pode ser concedida a uma variedade de produtos, dentre os principais estão banana, cacau, café, flores, açúcar, chá, algodão, suco de frutas, especiarias, nozes e óleos, quinoa, arroz, vegetais, vinhos, ouro, bolas esportivas, têxteis, carbono e produtos compostos.

Para Paolozzi (2004), existem diversas organizações internacionais que visam verificar o comércio justo, mas a FLO é mais importante por sua abrangência e uso do selo que identifica seus produtos certificados.

A FLO (Fairtrade Labeling Organisation) é uma organização, criada em 1997, e que engloba 21 certificadoras Europa, Estados Unidos da América, Japão e Canadá (ROCHA E MENDES, 2011). Ela é responsável pela criação do Sistema *Fairtrade* e tem por objetivo assegurar a equidade no comércio, para isso criou a FLOCERT.

A FLOCERT é uma empresa certificadora global de comércio justo que busca garantir que as relações de comércio e distribuição sejam feitas através de práticas justas ajudando assim produtores, comerciantes, e marcas a se tornarem sustentáveis. Atualmente ela tem mais de 6000 organizações certificadas em mais de 120 países, tendo acesso direto a mais de 1,6 milhões de pequenos produtores e trabalhadores (FLOCERTE, 2022).

Segundo Salguero e Claro (2015) as certificadoras FLOCERT certificam toda a corrente produtiva, desde associações de pequenos produtores até distribuidores finais, pois, desse modo os produtos podem ser identificados pelos consumidores através do selo presente na embalagem e assim o consumidor tem a garantia de que o produto recebeu um preço justo e que sua produção respeita as normas sociais, econômicas e ambientais.

No Brasil começou a se falar sobre o assunto a partir de 2001 com a fundação do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil (FACES do Brasil) (Banco do Brasil, 2012), que originou por sua vez ao Sistema Público para o Comércio Justo e ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) através do Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010. (BASSO, et al., 2017, p. 90)

Apesar de reconhecida no Brasil pela lei SNCJS, o processo de certificação *Fairtrade* ainda não é regulamentado por lei e cada empresa certificadora estabelece as bases a serem seguidas, entretanto, essas empresas tendem a seguir os princípios do *Fair Trade* internacional especificados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Princípios do *Fair Trade*.

<b>Princípios</b>	<b>Definição</b>
<b>1. Criar oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos</b>	A organização apoia pequenos produtores marginalizados, sejam empresas familiares independentes ou agrupadas em associações ou cooperativas. Ela procura capacitá-los a passar da insegurança de renda e pobreza para a autossuficiência econômica e a propriedade.
<b>2. Transparência e responsabilidade</b>	A organização é transparente na gestão e nas relações comerciais. A organização encontra formas adequadas e participativas de envolver funcionários, associados e produtores em seus processos de tomada de decisão. Garante que as informações relevantes sejam fornecidas a todos os seus parceiros comerciais. Os canais de comunicação são bons e abertos em todos os níveis da cadeia de suprimentos.
<b>3. Práticas de negociação justas</b>	A organização negocia com a preocupação com o bem-estar

	social, econômico e ambiental dos pequenos produtores marginalizados e não maximiza o lucro às suas custas. É responsável e profissional no cumprimento de seus compromissos em tempo hábil. Os fornecedores respeitam os contratos e entregam os produtos no prazo e com a qualidade e especificações desejadas.
<b>4. Pagamento justo</b>	Um pagamento justo é aquele que foi mutuamente negociado e acordado por todos por meio de diálogo e participação contínuos, que proporciona remuneração justa aos produtores e também pode ser sustentado pelo mercado, levando em consideração o princípio de salário igual para trabalho igual de mulheres e homens.
<b>5. Garantia da não utilização do trabalho infantil e do trabalho forçado.</b>	A organização adere à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e à legislação nacional/local sobre o emprego de crianças. A organização garante que não há trabalho forçado em sua força de trabalho e/ou membros ou trabalhadores a domicílio.
<b>6. Compromisso com a não discriminação, equidade de gênero e empoderamento econômico das mulheres e liberdade de associação.</b>	A organização não discrimina na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, rescisão ou aposentadoria com base em raça, casta, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação sindical, filiação política, status de HIV/AIDS ou idade. A organização tem uma política e um plano claros para promover a igualdade de gênero e a participação da mulher no processo de tomada de decisão bem como o seu empoderamento.
<b>7. Garantir boas condições de trabalho</b>	A organização proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores e/ou membros. Cumpre, no mínimo, as leis nacionais e locais e as convenções da OIT sobre saúde e segurança.
<b>8. Fornecimento de capacitação.</b>	As organizações que trabalham diretamente com pequenos produtores desenvolvem atividades específicas para ajudar esses produtores a melhorar suas habilidades de gestão, capacidades de produção e acesso a mercados - local / regional / internacional / Comércio Justo e mainstream conforme apropriado. A organização desenvolve as habilidades e capacidades de seus próprios funcionários ou membros.
<b>9. Promoção do comércio justo.</b>	A organização fornece a seus clientes informações sobre si mesma, os produtos que comercializa e as organizações de produtores ou membros que fabricam ou colhem os produtos. A organização aumenta a conscientização sobre o objetivo do Comércio Justo e sobre a necessidade de maior justiça no comércio mundial por meio do Comércio Justo.
<b>10. Respeito ao meio ambiente.</b>	As organizações que produzem produtos de Comércio Justo usam tecnologias de produção que buscam reduzir o consumo de energia e, sempre que possível, usam tecnologias de energia renovável que minimizam as emissões de gases de efeito estufa. Os compradores e importadores de produtos do Comércio Justo dão prioridade à compra de produtos feitos de matérias-primas originárias de fontes gerenciadas de forma sustentável e que tenham o menor impacto geral no meio ambiente. As organizações que produzem produtos de Comércio Justo maximizam o

	uso de matérias-primas de fontes geridas de forma sustentável nas suas gamas, comprando localmente quando possível.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: (WTFO,2022)

Para que possam ser certificados os produtores devem fazer parte de associações ou cooperativas, essa obrigatoriedade está relacionada a ligação existente entre o *fair trade* e o cooperativismo. Assim como o *fair trade* as cooperativas buscam atender as necessidades dos produtores economicamente desfavorecidos, em grande parte vindos da agricultura familiar, oferecendo melhores oportunidades e colaborando para o seu desenvolvimento econômico e social. Através do movimento fair trade as cooperativas podem assegurar o desenvolvimento sustentável de seus cooperados. Além disso o *fair trade* tem origem nos fundamentos do associativismo e cooperativismo, tendo seus princípios inspirados no movimento cooperativista (BRITO, GOMES e JUNIOR, 2021), princípios estes que devem ser seguidos para que se obtenha a certificação.

Em resumo esse processo de certificação é bem complexo, é preciso que se siga um processo determinando pela empresa certificadora, a empresa ou produtores interessados em receber a certificação deve buscar uma empresa certificadora, se adequar as normas do movimento *Fair Trade* e ainda passar por uma auditoria para que a certificação seja aprovada. Todas as unidades envolvidas na produção e comercialização são auditadas anualmente, buscando assim, garantir a transparência das práticas comerciais justas e monitorar seu impacto no desenvolvimento socioeconômico das comunidades beneficiadas (SALGUERO E CLARO, 2015). Essa certificação não é permanente, ela é revista periodicamente e a organização certificada pode perdê-la caso não cumpra as normas.

Visto que a certificação *fairtrade* é voltada para os pequenos agricultores, para a agricultura familiar e que atualmente a permanência do jovem no campo é uma questão que vem afetando esse setor é importante analisar os efeitos da certificação para esses jovens. Mas antes disso é preciso compreender essa juventude e os desafios enfrentados por ela, tema a ser debatido no próximo tópico.

### **3.2. Juventude Rural**

Segundo Martins, Monteiro e Santos (2013), pode-se dizer que há mais de um tipo de juventude. A heterogeneidade domina e permeia todo o segmento. Isso se deve a forma única que cada um deles se insere e vivencia a juventude conforme os parâmetros

sociais, os círculos familiares, oportunidades de trabalho, tipos de moradia, acesso à cultura, de acordo com as suas origens, grupo económico, modo de vida, região, cor da pele, etc. (STROPASOLAS, 2007; CASTRO, 2009).

Por se tratar de um grupo muito heterogêneo e em constante transformação, juventude é uma classe muito complexo de se definir, havendo diversas abordagens sobre o assunto. De acordo com Freitas (2005):

A definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade (FREITAS, 2005,p. 6)

Para atender às necessidades específicas dos jovens, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, instituiu o Decreto da Juventude. Esse instrumento jurídico que dispõe sobre os direitos dos jovens, considera como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

Segundo dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 um quarto da população brasileira é composta por jovens, ou seja, no Brasil há cerca de 51,3 milhões de jovens, desses 15,2% (7,8 milhões) residem na zona rural. Esses dados revelam que atualmente a maior parte da juventude brasileira se encontra em área urbana, reflexo do êxodo rural de jovens.

O êxodo dos jovens é justificado pela visão negativa da atividade agrícola e configura uma das principais ameaças para o desenvolvimento do campo, uma vez que prejudica o processo de sucessão familiar da propriedade e vem provocando o envelhecimento e masculinização do campo visto que a maior parte desses jovens que saem do campo são do sexo feminino (ABRAMOVAY et al., 1998).

Barcellos (2014) observou que o êxodo rural varia de acordo com gênero, idade e etnia e muitas vezes é acompanhado do abandono dos estudos e a inserção, nos centros urbanos, em jornadas de trabalho, principalmente doméstico, no qual não há garantia de direitos.

Segundo Brumer (2004):

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos

jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p.210)

Durston (2000) apontou que a permanência dos jovens no meio rural, ou o êxodo para outras regiões ou cidades é uma situação complexa que depende de muitos fatores e que não se manifestando da mesma forma para todos os jovens. Da mesma forma, Castro (2009) explica que a categoria juventude rural está constantemente associada à situação de “migração do campo para cidade”.

Cabe notar que há diversas questões que envolvem a decisão entre “ficar” ou “sair” do campo. Segundo Barcellos (2013), muitos jovens decidiram migrar do meio rural para a cidade ao longo dos anos por falta de condições, falta de novas oportunidades de emprego e geração de renda no meio rural, ou seja, pela falta de motivação para permanecer no campo. Costa e Ralisch (2013) corroboram essa visão, dizendo que os jovens rurais são atraídos pela variedade de opções oferecidas pelas áreas urbanas. As condições nas áreas rurais são piores do que nas áreas urbanas em termos de infraestrutura domiciliar ou saneamento básico. Esses e outros fatores fazem com que os jovens que vivem em áreas rurais não vejam o ambiente rural como um lugar atraente para se viver (LIMA et al., 2013; TROIAN et al., 2011).

Pizenato et al. (2017) destacam que as questões de gênero também permeiam a representação social dos jovens do meio rural e alertam que as mulheres têm menor acesso à terra do que os homens. Além disso o trabalho feminino é visto como mera ajuda dentro da propriedade não sendo remunerado e nem valorizado, fazendo com que essas jovens abandonem o campo em busca de reconhecimento e melhores oportunidades.

Segundo Oliveira, Rabello e Feliciano (2014), as famílias rurais vivem sob um império tradicional maior do patriarcado, ao contrário das famílias urbanas. Nela, o pai é o personagem principal, que controla todos que convivem com ele, pois a tradição é passada de geração em geração de forma mais completa. Dessa forma, o filho homem está subordinado à família patriarcal e deve compartilhar com a família o que produz.

Por esta razão, os jovens muitas vezes precisam procurar trabalho fora para complementar seu rendimento.

Outra questão determinante para a permanência ou não do jovem no campo é a educação. Segundo Carneiro, “a educação se destaca em primeiro lugar como assunto que mais interessa a aproximadamente um quarto dos jovens rurais (22%)” (2005, p.247) e é vista como uma condição para o jovem ser “alguém na vida”. Entretanto no espaço rural quando se tem escola essas costumam ser até o 5º ano do ensino fundamental, dessa forma o jovem tem que se deslocar até a cidade em busca um nível educacional mais elevado e após concluir sua formação o jovem não se interessa em voltar para o campo por não conseguirem aplicar o conhecimento adquirido e pela visão que se tem de que o campo é atrasado e de que quem permanece nele são pessoas sem instrução.

No debate sobre a juventude rural, vários temas se repetem: precárias condições de trabalho, dificuldade de acesso a serviços urbanos, falta de uma estrutura de apoio à saúde e ao lazer, participação tardia dos jovens nas decisões que envolvem a propriedade familiar, necessidade de ir para a cidade estudar, difícil acesso às tecnologias de informação como internet, sinal telefônico, como ressaltava Redin (2017). Assim, a saída do campo não é vista como um desejo, e sim, uma necessidade para quem não vislumbra as mesmas possibilidades encontradas na cidade ou se sentem insatisfeitos com as condições de vida locais.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção apresenta os resultados provenientes da pesquisa. A análise dos resultados do questionário e das entrevistas que compõem a pesquisa foi feita através do método de análise de conteúdo.

##### **4.1. Perfil dos respondentes**

A primeira fase da pesquisa, para a obtenção dos dados quantitativos, investigou um grupo de 15 jovens pertencentes a organizações certificadas, desses 10 eram do sexo masculino (66,7%) e 5 do sexo feminino (33,3%).

Quando questionados sobre a atividade desempenhada no dia a dia 12,5% dos jovens apenas estuda, 62,5 % trabalha e estuda e 25% apenas trabalha. Como supracitado os respondentes são oriundos de 8 organizações: APPCER, CAFESUL, COOPERNORVARUM, COOPERSANTA, COOPERVITAE, COOPFAM, COORPOL e COOPFAM. A escolha dessas organizações se deu ao acaso, através do evento

realizado na UFLA. A seguir será apresentada uma breve descrição sobre essas organizações.

#### **4.2. Descrição das cooperativas e caracterização da área de estudo.**

**Associação do Pequenos produtores do Cerrado (APPCER):** A APPCER é uma organização que nasceu aos poucos. Em 2008, na região de Patrocínio, Minas Gérias, foi criado o Núcleo Cooperativista dos Pequenos Agricultores (NUCOOPP) que mudou a realidade dos produtores da região. Através desse núcleo eles perceberam que juntos podiam vencer os obstáculos e ir mais longe, então em 2010 eles constituíram a associação.

A cidade de Patrocínio apresenta uma população de 82.471 habitantes, destes 11,8% vivem em área rural, apesar disso a economia da região é baseada na agropecuária, esta atividade compõe 20,5% de seu PIB , tendo como atividades mais importantes o gado leiteiro e o café. A APPCER possui inclusive a certificação do café arábica. Quanto a população jovem a região apresenta 21.616 habitantes, 9,9% na área rural, destes que vivem na área rural 46,2% são do sexo feminino (IBGE,2010).

**Cooperativa do Cafeicultores do Sul do Estado Espirito santo (CAFESUL):** Fundada em 1998 a CAFESUL reúne pequenos produtores de 7 municípios da região sul do Espirito Santo buscando promover o desenvolvimento sustentável da região onde atua. A cooperativa se encontra na cidade de Muqui, Espirito Santo, nessa região a economia também esta voltada para a agropecuária, atividade que representa 12% de seu PIB. 35,3% de seus 14.396 habitantes estão concentrados na área rural, sendo 26,5% constituída por jovens e desse 44,8% do sexo feminino (IBGE, 2010). A CAFESUL possui a certificação do café robusta.

**Cooperativa Agropecuária Fair trade de Nova Resende e Região Ltda (COOPERNVARUM):** A cooperativa nasceu da necessidade do produtor de ter a garantia de que seu produto seria comercializado a um preço justo e assim como a Coopervitae se localiza na cidade de Nova Resende. A região de Nova Resende apresenta uma população de 15.317 habitantes, sendo que 42,4% reside em área rural, reflexo da economia da cidade que é voltada para a agropecuária , principalmente o café que é o produto pelo qual a cooperativa possui a certificação. A população jovem no meio rural representa 25,4% das pessoas que residem nessa área, desses 43,7% é do sexo feminino (IBGE, 2010).

**Cooperativa Agropecuária de Produtos orgânicos de nova Resende e região Ltda (COOPERVITAE):** Os primeiros movimentos para a criação da COOPERVITAE se iniciaram na década de 70, quando o Pe. José Luiz Gonzaga começa a incentivar a agricultura e medicina alternativa em Novo Resende. Em 1998 o movimento se transforma em associação e em 2001 é constituída a cooperativa com a finalidade de disciplinar a produção, viabilizar a certificação e comercialização em grupo. A cooperativa tem o Café arábica como produto certificado.

**Cooperativa de produtores de frutas de Santa Maria (COOPERSANTA):** Fundada em 2005, buscando levar os cooperados a terem bons resultados, melhorando sua qualidade de vida e de sua família. Atualmente possui a certificação de laranja. A cooperativa está localizada em Santa Maria do Oeste, Paraná. A principal atividade econômica dessa região é a agropecuária, sendo responsável por 42,9% do PIB local. Sua população é constituída de 11.500 habitantes, destes 72% vivem em área rural, esse número também se repete com a população jovem 70,5% dos jovens estão na área rural sendo 47,2% do sexo feminino. (IBGE, 2010)

**Cooperativa dos Agricultores de Poço Fundo e região (COOPFAM):** Surgiu em 1980 através da pastoral da terra, inicialmente era apenas um movimento de produtores, mas, em 1991 se torna uma associação. Em 1998 a associação recebe a certificação Fairtrade, se tornando a primeira organização certificada no país, recebendo a certificação de café. Em 2004 é fundada a COOPFAM buscando a melhoria da qualidade da produção, do produto e da vida de centenas de famílias.

A cooperativa esta localizada em Poço Fundo Minas Gerais, a economia da região é voltada para a agropecuária, essa atividade gera 21,4% do PIB local. A cidade possui 15.959 habitantes, desses 41,8% vive na área rural. Quanto a população jovens 39,1% vive no campo e 46,6% é do sexo Feminino (IBGE, 2010).

**Cooperativa Regional Industria e Comercio de Produtos Agrícolas do povo que Luta (COORPOL):** Fundada em 2006 por um grupo de agricultores da região das matas de minas com o objetivo de mudar a vida dos agricultores e de suas famílias. A cooperativa está localizada na cidade de Manhuaçu, minas gerais, a principal atividade econômica da região é a indústria, porém, o café ainda representa boa parte da renda da cidade, sendo este o produto pelo qual a cooperativa recebeu a certificação. 18,5% de seus 79.574 habitantes vivem no campo, sendo 26,6% de jovens e desses 49,1% é do sexo feminino (IBGE,2010).

**Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar (COPERFAM):** Fundada em 31 de maio de 2012 por agricultores familiares com o objetivo de organizar e comercializar produtos agrícolas no PNAE e no varejo, além de parceria com indústria de suco para a venda de laranja certificada com selo Fairtrade, procurando oferecer ao consumidor um produto diferenciado que traga satisfação ao cliente e qualidade de vida aos agricultores.

A cidade de bebedouro possui uma população de 75.035 habitantes com apenas 4,7% vivendo no campo, consequência de sua economia que se destacar principalmente pelo seu parque industrial com indústrias de suco de laranja, de óleos vegetais, de fertilizantes, carrocerias e confecções. O numero de jovens no campo também é bem reduzido, apenas 4,7% dos jovens estão no campo e desses 47,9% são do sexo feminino (IBGE, 2010).

**Quadro2:** Amostra característica da população

Cidade	População Residente	População rural	População jovem total	População Jovem no meio rural	Jovens do sexo feminino no campo	Principal Atividade Econômica
Patrocínio, MG	82.471	9.713	21.616	2.134 (9,9%)	987 (46,2%)	Agropecuária
Muqui, ES	14.396	5.087	3.657	1.348 (36,9%)	604 (44,8%)	Agropecuária
Nova Rezende, MG	15.374	6.516	3.960	1.655 (41,8%)	724 (43,7%)	Agropecuária
Santa Maria, PR	11.500	8.289	2.917	2.057 (70,5%)	972 (47,2%)	Agropecuária
Poço Fundo, MG	15.959	6.678	3.677	1.438 (39,1%)	670 (46,6%)	Agropecuária
Manhuaçu, MG	79.574	14.735	21.313	3.927 (18,4%)	1.927 (49,1%)	Industria
Bebedouro, SP	75.035	3.532	18.827	892 (4,7%)	427 (47,9%)	Industria

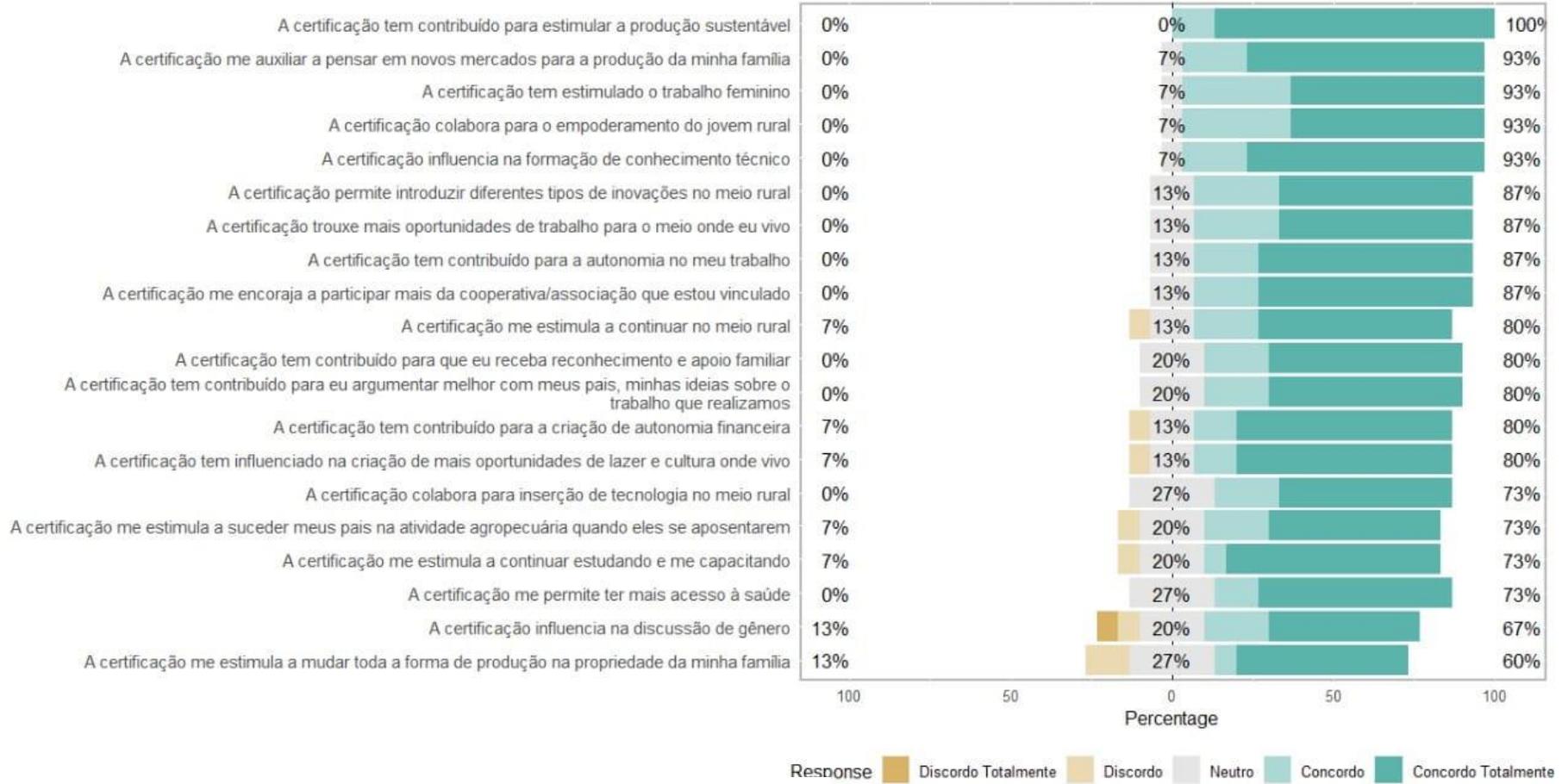
Fonte IBGE (2010)

Observando o quadro 2 é possível notar que praticamente todas as cidades das cooperativas participantes tem sua economia voltada principalmente para a atividade agropecuária, e que o comportamento da composição da população rural segue os padrões nacional, onde a maior parte da população vive nas cidades, além disso, pode se notar também o envelhecimento da população rural, uma minoria dessa população é composta por jovens. Quando a questão de gênero, apesar de em todas regiões a população masculina jovem ser maior que a feminina esses números não apresentam grande discrepância, indício de que a migração nessas regiões não tem tanta influência de gênero.

#### **4.3. Certificação e permanência no campo.**

Como já dito o êxodo rural de jovens é um grande problema no meio rural e ocorre devido a diversas razões como: falta de oportunidade para estudar, trabalhar, questões de gênero, a visão de que o campo é atrasado, dentre outras. Diante disso através do Survey e das entrevistas com os jovens procurou-se compreender como esses fatores influenciam sua permanência ou não no campo. Os resultados obtidos estão apresentados a seguir.

**Figura 1:** Gráfico de resultados do Survey



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O que se pode observar no gráfico é que há um consenso entre os jovens sobre as contribuições da certificação *Fairtrade* para eles. A certificação é vista como algo importante para eles, isso fica ainda mais claro quando são questionados sobre o assunto, onde se obteve as seguintes falas:

“Acho de extrema importância devido todo o trabalho social, ambiental e econômica que a certificação exige e trabalha, fazendo com que a gente entenda o que pode afetar de fato agente que trabalha diretamente no campo. Trazendo assim melhoria de vida e principalmente um cuidado a mais com a questão ambiental. Também acho muito bacana a valorização que ela traz ao nosso trabalho. A gente se sente de fato fazendo um bom trabalho.” (Entrevistado 2)

“A certificação Fair Trade além de oferecer um preço justo ao cooperado, tem forte influência nas questões sociais e ambientais. Então assim, eu a considero muito importante, um movimento que esta ai pra fazer total diferença.” (Entrevistado 3)

“Considero ela importante em diversos aspectos, principalmente no que se diz respeito ao meio ambiente, ao produto final que chega ao consumidor e ao valor agregado ao café que vem por meio da premiação.” (Entrevistado 6)

“Nos garante um preço justo e maior rentabilidade aqui na roça ainda mais em tempos de preços instáveis.” (Entrevistado 5)

O que se pode observar com essas falas é que os jovens consideram a certificação importante em diversas óticas: ambiental, incentivando o cuidado com o meio ambiente; econômica, garantindo um preço justo através da valorização do produto e do produtor; e social, trazendo melhoria de vida ao produtor, valorizando seu trabalho e o mais importante faz com que o agricultor tenha orgulho do trabalho que realiza. Quando questionados sobre a relação da certificação e o trabalho desempenhado por eles tem-se os seguintes apontamentos:

“Eu trabalho diretamente com a cooperativa fair trade, e acredite, quanto mais eu conheço a essência deste mercado, mas me instiga a continuar e lutar pela causa” (Entrevistado 3)

“ A certificação mudou minha visão sobre o campo o que me incentivou a trabalhar como agricultora.(Entrevistado 8)

Apesar da certificação ser considerada importante para os jovens, alguns pontos do gráfico apresentam discordância entre eles. Assim, enfatiza-se na sequência as questões ligadas a educação, gênero e sucessão familiar.

Em relação a educação 73% dos jovens acreditam que a certificação estimula que continuem a estudar, porém quando questionados sobre a influência da certificação na sua área de estudo, na escolha do curso, técnico ou superior, 37,5 % dos jovens não acreditam haver nenhuma relação como apontado nas falas abaixo:

“Tem me influenciado cada dia mais. Tive que trancar minha faculdade nesse último ano por problemas de internet que não temos aqui na roça e estava ficando muito difícil de fazer. Mas a minha intenção é retomar e me especializar em cafeicultura.” (Entrevistado 1)

“Sim, com o incentivo aos estudos feitos pela cooperativa e pelo próprio fairtrade.” (Entrevistado 7)

“Acredito que não, o curso superior que faço, apesar de ter algumas coisas relacionadas, muitas não tem nada haver.” (Entrevistado 6)

“Acredito que tudo passa pela qualificação profissional, diante os desafios ambientais do nosso planeta quão maior for os estudos e visões dos fenômenos sócias e ecológicos, melhores profissionais serão formados para o enfrentamento dos problemas globais de produção sustentável, e essa qualificação, em poço fundo, tem grande apoio do fairtrade, mas pode ser alinhado com um ensino superior. O que ainda e incipiente na nossa cooperativa, e conjuntar a pesquisa científica com o conhecimento prático dos produtores Fairtrade, o que, com certeza traria ainda mais evoluções na produção familiar.” (Entrevistado 4)

É possível notar que apesar de contribuir com a educação do jovem, estimulando que ele busque aumentar sua instrução, a área de estudo dele não necessariamente precisa estar ligada ao *fairtrade* ou assuntos relacionados. Outro ponto a se observar é que ao contribuir com a formação do jovem a certificação também acaba contribuindo com a melhora da produção familiar, pois traz novos conhecimentos e técnicas que melhoram a produção e acaba contribui com a sucessão familiar uma vez que ajuda na inserção do jovem na produção, como destacado nas falas:

“A certificação tem me empolgado bastante. E hoje como falei anteriormente trabalho junto com o meu pai. E isso me fascina por que graças a Deus tenho essa oportunidade de aprender com ele e também de trazer inovações e novas ideias para o nosso trabalho. Ela contribui me animando, me influenciando a buscar mais conhecimentos. Contribui trabalhando com a cabeça dos meus pais para entenderem que a gente também pode fazer as coisas darem certo, que também temos ideias boas.” (Entrevistado 1)

“A certificação tem unido mais a minha família. Onde hoje a gente trabalha tudo junto, coisa que anos atrás não trabalhávamos. Tudo isso trouxe mais rentabilidade para nós. E uma vida mais estável.” (Entrevistado 7)

Nesse sentido 87% dos jovens acreditam que a certificação ajuda na inserção de inovações e cria mais oportunidades de trabalho no campo. Além disso 80% deles concordam que a certificação contribui para o reconhecimento dele para a família, abre espaço para que o jovem possa argumentar ou dar ideias sobre o trabalho que é realizado na propriedade familiar e assim estimula, colabora para a sucessão familiar.

Apesar da contribuição para a sucessão familiar esse assunto ainda é delicado quando se diz respeito a sucessão relacionada ao gênero . No campo os homens são

maioria, como apontado pelo último censo realizado pelo IBGE em 2010 e o trabalho feminino é pouco valorizado, visto como ajuda e não recebe nenhuma remuneração (BRUMER, 2004), porém, a certificação busca através do seu 6º princípio garantir o compromisso com a não discriminação, equidade de gênero e empoderamento econômico das mulheres e liberdade de associação. Diante disso, 93% dos jovens acredita que a certificação estimula o trabalho feminino, apesar disso apenas 67% acredita que ela contribui para a discussão de gênero no meio rural.

“Ela valoriza tanto a mão de obra feminina quanto a jovem, algo que gera interesse a todos.” (Entrevistado 5)

“Na minha cooperativa estamos começando o grupo de mulheres agora, literalmente. Estive na Sic na 2ª Coper gênero, e posso alegar que, o fair trade tem transformado a vida de mulheres no campo. O fair trade trabalha muito, muito mesmo o empoderamento feminino” (Entrevistado 3)

“Hoje a nossa região está mudando o olhar para nós mulheres e jovens do campo. Tenho visto mais mulheres empolgadas e mais jovens animados. Mas ainda temos muito trabalho pela frente, porém já quebramos muitas Barreiras.” (Entrevistado 1)

“Creio que com o apoio econômico que ela proporciona a cooperativa, a mesma desenvolve ações para a discussão de gênero (muito pouca) e inclusão das mulheres no campo.” (Entrevistado 6)

Por meio desses relatos é possível notar que a certificação contribui não só para a discussão de gênero, mas também para o empoderamento da mulher, fazendo com que ela tenha ciência do seu papel dentro da agricultura e que conquiste seu espaço frente a propriedade familiar, porém ainda é necessário mais ações nesse sentido.

A certificação vem mudando a visão não apenas do sistema patriarcal quanto ao trabalho feminino, mas vem transformando também a perspectiva dos jovens quanto ao campo. 73% dos jovens apontam que a certificação colaborou para a inserção de tecnologia no campo, 87% diz que trouxe inovações e 80% acreditam que cooperou para a sua autonomia financeira, mostrando que o campo tem competência para se desenvolver e gerar sim ótimos retornos.

“Vi mais futuro no meio agrícola, não só aquela visão de vida sofrida a sem retorno” (Entrevistado 2)

“Com o fair trade, é possível ter esperanças de um trabalho mais digno e valorizado, ele visa o bem estar da família agricultor e da natureza, busca de fato por um mundo melhor. Traz esperança de que vale a pena sim continuar no campo, e mostra a importância disso para o mundo.” (Entrevistado 8)

“E a certificação tem me mostrado a cada dia que eu posso impactar outras pessoas mostrando que a vida no campo é mais do que gratificante, é apaixonante.” (Entrevistado 4)

“A certificação que eu conheci atrás da minha cooperativa, literalmente me atraiu de volta pra roça. Comecei a me sentir valorizada e reconhecida, isso foi uma reviravolta na minha vida aonde eu de fato me encontrei como agricultora.” (Entrevistado 1)

O campo, antes visto como atrasado, passa a ser vislumbrado sob uma nova perspectiva, os jovens passaram a enxergar as oportunidades oferecidas e que são fortalecidas pela certificação, fazendo com que a maior parte dos jovens (80%) queiram permanecer no campo, na propriedade familiar. A permanência do jovem no campo e consequentemente a sucessão familiar são fundamentais para o futuro da propriedade familiar e do país. Por isso é de extrema importância despertar nos jovens esse interesse de permanecer no campo e de assumir e gerir a propriedade familiar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A permanência do jovem no campo é um assunto delicado e como evidenciado pelos dados de pesquisa não é um problema de fácil solução. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos jovens para permanecer no campo, foi possível notar que com a presença da certificação esse processo traz esperanças para manutenção do jovem no campo, a partir de mecanismos que podem surtir efeitos positivos se bem administrados.

A certificação contribui para o reconhecimento, valorização do trabalho no campo, agregação de valor ao produto, fazendo com que tenha um preço justo, colabora não só pro desenvolvimento do produtor mas também do meio onde vive. Outros pontos importantes é a respeito da sucessão familiar e as questões de gênero, através da certificação os jovens tem conseguido participar mais das decisões familiares, levar novos conhecimentos, as mulheres estão tendo mais voz. A certificação também tem contribuído para o conhecimento dos jovens através do incentivo ao estudo por meio de curso superior e técnico.

O que se pode concluir com esse estudo é que a certificação tem possibilitado oportunidades aos jovens e ampliado a visão deles sobre o campo, eles deixaram de ver o campo como algo “atrasado” e isso tem contribuído para que eles permaneçam no campo, trabalhando na propriedade familiar, porém, apesar de ajudar, a certificação

sozinha não é capaz de solucionar o problema, é preciso que se desenvolva outros mecanismo que colaborem e fortaleçam esse processo.

Finalizando, compreendo que esse trabalho possa ser um motivador para outras pesquisas que aprofundem o entendimento sobre o tema e sobre assuntos relacionados, acredito que, por exemplo, seria interessante investigar mais profundamente a relação do Fairtrade para a discussão de gênero.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2022.

ATLAS DAS JUVENTUDES (Brasil). Quem são as juventudes do Brasil?, 2020. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/> . Acesso em: 10 jun. 2022.

BARCELLOS, S. B. **A constituição das políticas públicas para a juventude rural: relações de interdependência entre sociedade civil e estado**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, v. 16, p. 25, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/4442880/A\\_CONSTITUI%C3%87%C3%83O\\_DAS\\_POL%C3%8DTICAS\\_P%C3%9ABLICAS\\_PARA\\_A\\_JUVENTUDE\\_RURAL\\_RELAC%C3%87%C3%95ES\\_DE\\_INTERDEPEND%C3%8ANCIA\\_ENTRE\\_SOCIEDADE\\_CIVIL\\_E\\_ESTADO](https://www.academia.edu/4442880/A_CONSTITUI%C3%87%C3%83O_DAS_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_PARA_A_JUVENTUDE_RURAL_RELAC%C3%87%C3%95ES_DE_INTERDEPEND%C3%8ANCIA_ENTRE_SOCIEDADE_CIVIL_E_ESTADO). Acesso em: 08 jul. 2022

BASSO, Fernando et al. Percepção e relevância da certificação fair trade para empresas brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 6, n. 3, p. 87-105, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/956/0>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BEZERRA, Lucas Wanderson Silva. **A migração de jovens do campo**. 2021. 65 f. Monografia (Graduação) - Curso de Serviço Social, Campus Universitário de Miracema, UFT, 2021. Disponível em: <http://200.129.179.47/handle/11612/3489>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, [s. l.], 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/ernan/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/textos%20para%20o%20tcc/a17v38n29p09.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2022

BRITO, Julia Domingues de; GOMES, Celso Augusto dos Santos; JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal. Cooperativismo e comércio justo: a visão dos cooperados sobre mecanismos de Compliance. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/ernan/Downloads/admin,+ART+571+BJD.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2022.

BRFAIR (Brasil). **Comercio Justo: objetivos e princípios**. Disponível em: <http://www.brfair.org.br/comercio-justo/o-que-e-comercio-justo/> . Acesso em: 27 maio 2022.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2022

CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, .228 p. 1998.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415–432, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/restr/a/Tx8cMSyDwwQw9Nr4gW7CpCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022

DOTTO, Fabiano. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de mato grosso do sul**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/ernan/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/textos%20para%20o%20tc/8201-fatores-que-influenciam-a-permanencia-dos-jovens-na-agricultura-familiar-no-estado-de-mato-grosso-do-sul.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2022

DURSTON, J. **Juventud rural y desarrollo en America Latina: estereotipos y realidades**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/6257-juventud-desarrollo-rural-marco-conceptual-contextual>. Acesso em: 20 jun. 2022

EFTA - EUROPEAN FAIR TRADE ASSOCIATION. Disponível em: <https://www.eftafairtrade.org/le-commerce-equitable-ou-en-est-on-ajourdhui/definition-du-commerce-equitable/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FAIR TRADE BRASIL. Fair Trade comércio justo. 2007. Disponível em: <http://www.it2web.com/sites/fairtrade>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. **Principais benefícios do comércio justo**. Disponível em: <https://www.fairtrade.net/about/key-benefits-of-fairtrade> . Acesso em: 15 de jun. 2022.

FACES DO BRASIL. Por um comércio justo e solidário. 2013. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/cartilha-sncjs.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FLO-CERT. FLO-CERT. 2013. Disponível em: <http://www.flo-cert.net/flo-cert>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREITAS, Maria Virginia de (org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: [s. n.], 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

IBGE (Brasil). **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> . Acesso em: 16 dez. 2022.

IBGE. População Jovem no Brasil (PNAD) 1999. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SALGUERO, Justino; Dos Santos CLARO, Jose Alberto Carvalho. Fair trade como alternativa para os empreendedores familiares: um estudo exploratório. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 95-113, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/ernan/Downloads/2964-Texto%20do%20artigo%20-%20Arquivo%20Original-15413-3-10-20150513%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ernan/Downloads/2964-Texto%20do%20artigo%20-%20Arquivo%20Original-15413-3-10-20150513%20(1).pdf). Acesso em: 06 dez. 2022.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antonio. JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: ENTRE FICAR E PARTIR. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 201–220, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v20i39.9817. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817> . Acesso em: 26 maio. 2022.

Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o **Estatuto da Juventude** e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de **juventude** e o Sistema Nacional de **Juventude** - SINAJUVE. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 9 jun. 2022

LIMA, S. M. V. et al. Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2013.

MARTINS, C. S. P.; MONTEIRO, M. D. S.; SANTOS, M. N. A. Ser jovem na cidade: uma experiência marcada pela inserção social. *Revista de Geografia*, v. 1, n. esp. p. 1–8, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17957>. Acesso em: 25 de jun. 2022

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. *Revista Pegada*, v. 15, n. 1, p. 136–150, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032>. Acesso em: 25 de jun. 2022

PAOLOZZI, Vitor. **Comércio justo ganha novos mercados**. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 abril 2004. Caderno A, p.22

ROCHA, Aglaenne Flavia Da; MENDES, Alcindo Cipriano Argolo. Certificação de café: análise da validação dos benefícios propostos pela FLO aos agentes envolvidos na obtenção do selo fairtrade em uma cooperativa de cafeicultores de minas gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 421–441, 2012. DOI: 10.21118/apgs.v3i4.4061. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4061> . Acesso em: 6 dez. 2022.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017.

STELZER, Joana; WIEIRA, Keite. A CERTIFICAÇÃO FAIR TRADE NA WFTO: UM ESTUDO SOBRE PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA SEGURANÇA DO CONSUMIDOR. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7cbd/eb1e7eb001e9dfb3724fc21809b448b1fbdf.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2021.

STROPASOLAS, W. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TROIAN, A. et al. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349-374, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3286>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **NECESSIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM DO CAMPO NO SEU AMBIENTE**. Irati, , 2017. Disponível em:

<file:///C:/Users/ernan/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/textos%20para%20o%20tcc/2447-8.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2022

WFTO. **10 Princípios do Comércio Justo**. Disponível em: <https://wfto.com/our-fair-trade-system#10-principles-of-fair-trade>. Acesso em 26 de maio de 2022.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequence> . Acesso em: 25 de maio de 2022

## APÊNDICE (1)

### SURVEY

<b>Pesquisa:</b> Percepção dos efeitos gerados pela certificação Fairtrade para manutenção do jovem no campo	
<b>Identificação do respondente</b>	
<b>Idade:</b>	<b>Gênero:</b> ( ) Masculino ( ) Feminino
<b>WhatsApp:</b> ( )	<b>E-mail:</b>
<b>Cooperativa ou Associação vinculado(a):</b>	

Responda as questões abaixo usando a seguinte escala:

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

Questões	1	2	3	4	5
1) A certificação trouxe mais oportunidades de trabalho para o meio onde eu vivo					
2) A certificação me estimula a suceder meus pais na atividade agropecuária quando eles se aposentarem					
3) A certificação colabora para inserção de tecnologia no meio rural					
4) A certificação influencia na formação de conhecimento técnico					
5) A certificação influencia na discussão de gênero					
6) A certificação colabora para o empoderamento do jovem rural					
7) A certificação tem influenciado na criação de mais oportunidades de lazer e cultura onde vivo					
8) A certificação tem contribuído para a criação de autonomia financeira					
9) A certificação me encoraja a participar mais da cooperativa/associação que estou vinculado					
10) A certificação tem estimulado o trabalho feminino					
11) A certificação tem contribuído para eu argumentar melhor com meus pais, minhas ideias sobre o trabalho que realizamos					
12) A certificação tem contribuído para estimular a produção sustentável					
13) A certificação tem contribuído para a autonomia no meu trabalho					
14) A certificação tem contribuído para que eu receba reconhecimento e apoio familiar					
15) A certificação me permite ter mais acesso à saúde					
16) A certificação permite introduzir diferentes tipos de inovações no meio rural					
17) A certificação me estimula a continuar no meio rural					
18) A certificação me auxiliar a pensar em novos mercados para a produção da minha família					
19) A certificação me estimula a continuar estudando e me capacitando					
20) A certificação me estimula a mudar toda a forma de produção na propriedade da minha família					

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Qual a importância da Certificação Fair trade para você?
2. Atualmente você:  
 Trabalha  Estuda  
  
Se trabalha, em qual atividade?
3. Acredita que a Certificação te influenciou de alguma forma para que você realizasse esse trabalho? Se sim, Como?
4. Acredita que a certificação influenciou a sua formação? (técnica, superior, etc) como?
5. Quais impactos, mudanças, oportunidades a certificação trouxe para você, para o meio onde vive?
6. Como a certificação mudou a sua visão sobre o campo, sobre as oportunidades que ele oferece?
7. Qual a contribuição da certificação para discussão de gênero e para a inclusão das mulheres no campo?
8. Quais mudanças a certificação trouxe para a produção da família?
9. De que forma a certificação contribui para que você participe e traga mudanças para a produção familiar? Ou não contribui? Se não, porque você acredita que não.